RUFANDO BOMB NEWS Notícias sem rodeios

Quinta-Feira, 19 de Novembro de 2026

Câmara de Várzea Grande aprova processante contra Pablo Pereira alvo de operação no DAE

Na berlinda

Por Gazeta digital Vinicius Mendes

Por maioria, a Câmara de Várzea Grande aprovou a abertura de uma comissão processante contra o vereador Pablo Pereira (União), foi alvo da Operação Gota d'Água, que apura crimes dentro da Diretoria Comercial do Departamento de Água e Esgoto do município de Várzea Grande (DAE-VG). O parlamentar pode ser cassado ao fim do procedimento aprovado em sessão desta terça-feira (8).

No total, foram 13 votos sim, um voto não, 4 abstenções e uma ausência. Além destes, um parlamentar não votou. As abstenções foram dos vereadores Sardinha (MDB), Jero Neto (MDB), Alessandro Moreira (MDB) e Carlinhos Figueiredo (Republicanos).

O único voto contra foi do vereador Jânio Calistro, que também já foi preso pela Polícia Civil. No caso dele, durante a Operação Cleanup, que teve o objetivo de combater a ação de traficantes que atuavam, principalmente, no município de Várzea Grande. Calistro teria envolvimento com os criminosos.

Com a aprovação da comissão processante contra Pablo Pereira, ficou definido como presidente a vereadora Gisa Barros (PSB), como relator o vereador Paulo Silva (Republicanos) e como membro o vereador Alessandro Moreira (MDB).

O caso
No decorrer das investigações, foram apontadas diversas espécies de fraudes e uma ação corrupta na Diretoria Comercial do DAE, praticadas pela organização criminosa, pelo menos desde o ano de 2019 e até a atualidade. Ao que tudo indica, em qualquer ocasião que fosse possível obter valores indevidos em razão da prestação do serviço público de saneamento básico, uma significativa parte dos servidores da Diretoria Comercial do DAE não hesitava em receber os valores ilegais.

Foram identificadas diversas situações em que foi dificultado o acesso da população várzea-grandense à ligação de água, com problemas artificialmente criados, além de diversas situações de cobrança de propina.

Segundo elementos probatórios coletados, alguns servidores realizavam o trabalho rotineiro apenas mediante pagamento de propina. E a situação era de conhecimento do chefe do setor, que é apontado como um dos líderes da organização criminosa.

O outro líder indicado é o vereador, que tinha como principal função exercer pressão política com a finalidade de fazer valer os objetivos do grupo criminoso.

Ao todo foram 123 mandados judiciais decretados pelo Núcleo de Inquéritos Policiais de Cuiabá (Nipo). Entre eles, 11 prisões preventivas, 25 mandados de busca apreensão e 18 afastamentos. A decisão que autorizou a operação determinou ainda o sequestro de 6 imóveis e 26 veículos, além do bloqueio de valores das contas dos 22 investigados no valor do prejuízo estimado